



CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DO
PROGRAMA PRO LICENCIATURA– POLO PLANALTINA-DF

ELIETE BARBOSA SANTOS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA PORTADORES
DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS DO
MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA DE GOIÁS-GO**

PLANALTINA - DF

2012

ELIETE BARBOSA SANTOS PEREIRA

**A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA PORTADORES
DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS DO
MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA DE GOIÁS-GO.**

Projeto de Pesquisa apresentado como requisito parcial, para a aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I do Curso de Licenciatura em Educação Física do programa pro licenciatura da Universidade de Brasília – Polo Planaltina –DF.

Orientador: GABRIEL FRANCISCO MARTINS FERNANDES

PLANALTINA - DF

2012

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIETE BARBOSA SANTOS PEREIRA

A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA DE GOIÁS GO.

Trabalho Monográfico defendido e aprovado como requisito final para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão II e no Curso de Licenciatura em Educação Física do Programa Pró-Licenciatura da Universidade de Brasília- Polo Planaltina-DF.

Professor

Professor

Professor

DATA: ____/____/____.

CONCEITO FINAL:

PLANALTINA-DF

2012

DEDICATÓRIA

Dedico a minha mãe Jacira de França Barbosa Santos (in memoria) que sempre esteve presente em minha vida, ensinando-me a seguir a pureza dos caminhos do Senhor e a grandeza do seu amor que tudo suporta e tudo perdoa.

AGRADECIMENTOS

Palavras são incapazes de expressar a Deus, a gratidão que existe em meu coração por todo bem que fez e ainda fará por mim. Ele que em todos os momentos de minha vida nunca me abandonou. Pai, Amigo, Companheiro de jornada, te agradeço por proporcionar todos esses anos de grandes lutas e vitórias, pois sem Ti, nada sou, e nada posso.

A amiga e irmã Dira Silva por não permitir que eu desistisse no meio do caminho. A minha família que esteve comigo do início ao fim. Aos professores do UNB, em especial o meu Orientador Professor Gabriel Francisco Martins Fernandes pela paciência, incentivo e generosidade em disponibilizar seus conhecimentos para a realização desse trabalho. E, enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Objetivo Geral.....	15
1.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 Hipótese.....	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Educação Inclusiva e a Formação Docente.....	16
2.2 Educação Física Adaptada.....	20
2.2.2 Rumo a uma política para a educação inclusiva.....	23
3. METODOLOGIA.....	28
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
4.1 Local de Pesquisa.....	29
4.2 Procedimento de Coleta de Dados.....	29
4.3 Análise e Discussão.....	30
5. CONCLUSÃO.....	46
6. REFERÊNCIA.....	49
7. APÊNDICE.....	51
8. ANEXOS.....	56

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1 -	Formação do perfil dos entrevistados através de gênero, instrução e quantitativo.	30
GRÁFICO 2 -	Formação Acadêmica dos professores pesquisados	31
GRÁFICO 3 -	Tempo de atuação dos professores na área de educação física escolar	32
GRÁFICO 4 -	Possui conhecimentos sobre educação especial e/ou educação física adaptada	34
GRÁFICO 5 -	Professores que possuem conhecimentos sobre educação especial e/ou educação física adaptada, onde obteve esses conhecimentos.	35
GRÁFICO 6 -	O que entende por inclusão de PNEs no ensino regular	37
GRÁFICO 7 -	Tipos de deficiência do aluno	38
GRÁFICO 8 -	Acredita ter conhecimentos suficientes para incluir alunos PNEs em suas aulas	39
GRÁFICO 9 -	O que prioriza em suas aulas para incluir esses alunos	39
GRÁFICO 10 -	Requisitos necessários para o professor de educação física incluir alunos PNEs em suas aulas	42
GRÁFICO 11 -	A participação dos PNEs na aula de educação física auxilia a inclusão desse aluno na sociedade escolar	44

LISTA DE ABREVIATURAS

Portadores de Necessidades Especiais - PNEs.

Parâmetros Curriculares Nacionais/Educação Física - PCNS.

Lei de Diretrizes e Base - LDB.

Projeto Político Pedagógico - P.P.P.

Necessidade Educacional Especial - NEEs.

Organização das Nações Unidas-ONU

Plano de Ação da Comissão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes
AIPD.

Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Secretaria de Educação Especial-SEESP.

Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE.

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade mostrar que a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas aulas de educação física é algo possível, bem como na capacitação dos professores e como objetivo específico identificar as dificuldades na preparação dos professores para o processo de inclusão desses alunos. Trata-se de uma pesquisa descritiva e estudo de caso. Foi entrevistado quatorze professores atuantes na educação física de escolas da Rede Pública do Município de Água Fria de Goiás/GO. Para a coleta de dados utilizou-se instrumento um questionário misto apresentando questões abertas e fechadas. Após transcrições dos questionários os dados foram analisados qualitativamente. Para fundamentar o estudo as principais referências utilizadas foram a dos autores Vanja Ferreira ao mencionar propostas para os professores conhecerem as limitações e enfrentá-las na busca de superação. Mazzotta, por apresentar considerações importantes para o acesso a serviços especiais de educação e permanência dos PNEs na escola e Fonseca pela perspectiva de sensibilização e compreensão, a educação e a reabilitação de seres humanos diferentes com necessidades especiais, além dos documentos oficiais como a Declaração de Salamanca, o Estatuto da Criança e do Adolescente, os PCNs e a LDB. No intuito de atingir os objetivos da educação inclusiva é necessário que haja uma renovação da escola, família e sociedade. Percebeu-se que existe uma falta de preparação dos professores de educação física, tornando cada vez mais difícil a inclusão dos PNEs nas aulas de educação física em nossas escolas, porém se houver cooperação e conscientização de todas as partes envolvidas, haverá sem dúvida um grande progresso na educação inclusiva no município.

Palavras chaves: Inclusão, PNE, Qualificação do professor.

1. INTRODUÇÃO

Todas as escolas do nosso país estão impassíveis diante da necessidade da inclusão social dos nossos alunos, principalmente dos portadores de necessidades especiais. Assim sendo, a Educação Física na escola como disciplina é uma grande aliada nessa caminhada para a inclusão. Ferreira afirma que a escola é para todos, sem exceção, como a lei garante. (FERREIRA, 2010).

A prática da Educação Física pode trazer vários benefícios para o desenvolvimento completo do aluno, necessariamente nos aspectos afetivos, cognitivos e sociais, garantindo sua integração escolar. (BRASIL, 1997). Fonseca afirma que quanto mais cedo for o atendimento dessas crianças o resultado será melhor. (FONSECA, 1995).

Segundo Edler (1999) a inclusão do portador de necessidade especial na educação física escolar ainda é um grande problema para as escolas e professores atuantes na área, diante de tantas dificuldades encontradas no seu dia a dia. Além dos vários tipos de deficiência existe a falta de qualificação profissional, materiais e equipamentos adaptados para atender de forma mais adequada e eficiente à educação especial. Diante disso, para que a educação física inclusiva seja realmente inserida no cotidiano escolar, é imprescindível que nossas escolas estejam preparadas para lidar com as diferenças.

Ferreira diz que:

“o professor recebe todos os diferentes tipos de alunos, embora a escola não possua nenhuma condição de ensino e muito menos o professor a capacitação necessária para que possa desenvolver um trabalho de forma apropriada, refletindo sobre o aluno portador de deficiência a não participação das aulas de educação física, fortalecendo assim a exclusão”. (FERREIRA, 2010.p.16).¹

¹ FERREIRA, Vanja. **Educação Física Adaptada, Atividades Especiais**. Editora Sprint. ed.1, 2010. p.02-80.

O professor, na visão de Fonseca (1995) usa todos os métodos para alcançar a aprendizagem dos alunos, determinando tempo e paciência. Os alunos portadores de necessidades especiais precisam de professores capazes de enxergar suas necessidades e intervenha em sua aprendizagem. O professor adota a função de facilitador do conhecimento, usando todo tipo de informação, clínicos, psicológicos, terapêuticos e técnicos, recolhendo dados em prol dessas crianças. (FONSECA, 1995).

São inúmeras as dificuldades das pessoas portadoras de necessidades especiais e de seus familiares para obterem a introdução na escola e sociedade. De tal modo que é preciso que todos se envolvam nessa intenção, sobretudo os pais. Segundo Fonseca (2010) não é só os profissionais da saúde e da educação que devem intervir na educação dos alunos com necessidades especiais, mas os pais devem envolver nessa admissão.

Fonseca assegura que:

É de grande valor a inclusão familiar na educação da criança com necessidades especiais. O campo da educação especial é muito extenso e complexo para ser abordado por uma única pessoa. (FONSECA, 2010 p. 05).²

Hoje em dia as políticas públicas são voltadas a esta inclusão social dos portadores de necessidades especiais, porem para que essa inclusão seja real é necessária que haja a conscientização e uma mobilização conjunta de toda a sociedade rumo a uma igualdade de oportunidades.

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) sugerem que:

Diante de tanta complexidade sociocultural, “tem o princípio a igualdade de oportunidades para todos os alunos com a finalidade de desenvolver as potencialidades, num processo democrático e não seletivo”. (BRASIL, 1997. p.81).³

² FONSECA, Vitor da **Educação especial: programa de estimulação precoce** – Uma introdução às ideias de Feuerstein, Editora Artes Médicas. ed.2, Porto Alegre: 1995.

³PCNS- **Parâmetros Curriculares Nacionais**: educação física/secretaria de educação fundamental. Volume 7.Brasília:MEC/SEF,1997.

Fonseca afirma que em um futuro bem próximo todas as crianças portadoras de necessidades especiais contemplaram das mesmas oportunidades que qualquer outra criança, pois são de direito os mesmos anseios particulares, conhecimentos e igualdade. (1995, p.196).

No Art.58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelecem a educação como direito de todos, preferencialmente na rede regular de ensino. Ainda assim é muito discutida a inclusão dessas pessoas portadoras de necessidades especiais educacionais no ensino regular. A lei também garante aos portadores de deficiência o atendimento especializado, consentindo uma melhor qualidade de vida para essas pessoas. Deste modo, é indispensável à compreensão de todos para que essas garantias sejam concretizadas. (BRASIL, 1996).

Ferreira certifica que as conquistas legais das pessoas com NEEs vêm se ampliando, certificando que são garantidas melhores condições de vida em um ambiente a menos ilimitada possível e integrada à sociedade. (2010, p.20).

Os educadores vivem em constante agonia quanto a sua formação profissional, pois em seu período de estudos não era discutido os métodos e nem técnicas capacitando-os para atender às particularidades da clientela de educação especial. Torna-se indispensável investir na formação a todos os ampliação de uma carreira motivadora, que faça com que o professor seja estimulado a participar da equipe de profissionais que podem contribuir para uma melhor qualidade de ensino, buscando alternativas para tornar mínimo as desigualdades. Ferreira (2010) reafirma que a desinformação e o despreparo dos professores é um problema que vem desde sua graduação, por não terem estudado o assunto.

Fonseca (1995) diz que o professor precisa ter uma formação em sintonia permanente entre a formação inicial e a qual está atuando, elas devem permanecer sempre atualizadas.

A LDB garante os serviços de apoio especializado para atender todos os alunos portadores ou não de necessidades especiais. Segundo Fonseca (1995) para que se tenha uma educação digna é preciso que haja especialistas e professores com conhecimentos adequados para resolver as dificuldades mais difíceis como: diagnóstico; planejamento curricular; metodologia pedagógica; ter sabedoria para lidar com problemas educacionais, ocupacionais, vocacionais, sociais e pessoais; relações públicas e trabalhar em parceria com as autoridades no intuito de atender os pais.

O Art. 9º da Lei 3.298, (1999) assegura que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta deverão conferir, no âmbito das respectivas competências e finalidades, tratamento prioritário e adequado aos assuntos relativos à pessoa portadora de deficiência, visando a assegurar-lhe o pleno exercício de seus direitos básicos e a efetiva inclusão social. Fonseca (1995) assegura que é necessário que toda escola regular seja mais inclusiva, mudando internamente e adaptando a inclusão de forma progressiva até a inclusão total, mesmo que leve uma temporada. A escola regular precisa incentivar o respeito pelas diferenças entre as crianças, introduzi-las no seu processo e atendê-las o melhor possível. (FONSECA, 1995).

A Lei, 3.298, art. 25 é clara quando expõe que o serviço de educação especial será oferecido em instituições de ensino público ou privado do sistema de educação, de forma breve ou permanente, mediante programas de apoio para o aluno que está no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas apenas quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando. (1999).

Os PCNs esperam que todos os alunos possam participar das atividades corporais, adotando atitude cooperativa, solidária, sem discriminação por qualquer razão, seja social, física, sexual ou cultural. (BRASIL, 1997).

Ferreira expõe que um dos principais objetivos da educação física adaptada é a integração do portador de necessidade especial na sociedade. (2010). E o profissional de educação física pode ser um elemento fundamental

neste processo cooperativo e solidário. No entanto, é preciso que esteja preparado para atuar de maneira equilibrada e adequada, fazendo com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos reconhecidos e conscientes de seu papel na sociedade. (BRASIL, 1997).

Dessa forma, precisamos de profissionais capacitados nas escolas possibilitando o estímulo das capacidades interativas dessas crianças, impedindo o isolamento contínuo. Considerando esse um dos motivos que levou a realização deste trabalho, cuja temática central pode ser assim estabelecida: O que está sendo feito pelos professores de educação física para a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas aulas de Educação Física nas escolas do município de Água Fria de Goiás?

A prática da educação física inclusiva nos permite perceber os limites e as possibilidades de pessoas portadoras de necessidades especiais, pois tem como objetivo trabalhar com a potencialidade dos alunos. Com a educação física para portadores de necessidades especiais na escola, pretendemos através averiguar, tanto na área social como educacional, a possibilidade desses alunos usufruírem de jogos, atividades lúdicas, esportes entre outros, em benefício do exercício crítico da cidadania, tornando assim visível aos pais, professores e comunidade a importância da existência desses alunos em nossas escolas, sugerindo uma mudança seja nos métodos de ensino, no currículo, e na atuação prática dos nossos professores e, por fim, em todas as áreas do sistema escolar que for indispensável para o benefício desses alunos.

Futuramente, a contribuição e o aproveitamento desse projeto na escola serão de grande importância, tanto para o corpo docente quanto para o discente, pois abordará conhecimentos básicos sobre as necessidades e as possibilidades referentes aos alunos portadores de necessidades especiais num contexto mais amplo. Tais contribuições envolvem aspectos educacionais, familiares, afetivos e comportamentais, destacando ainda as atividades adaptadas nas aulas de Educação Física que propõe a integração da pessoa com deficiência na escola regular e na vida social.

O interesse pelo estudo da Educação Física Inclusiva nas Escolas do município de Água Fria de Goiás, se iniciou na disciplina Prática de Ensino em Educação Física para Portadores de Necessidades Especiais, ao longo das observações das aulas de educação física de onde clara foi à exclusão desses alunos PNEs (Portadores de Necessidades Especiais) e a adoção de uma postura reflexiva do professor sobre sua prática pedagógica e a falta de políticas sobre a educação especial nas escolas do município.

1.1. Objetivo Geral

Analisar a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas aulas dos professores atuantes na Educação Física do município de Água Fria de Goiás-GO.

1.2. Objetivos Específicos:

- Identificar as dificuldades na preparação dos professores para a inclusão dos alunos PNEs nas suas aulas;
- identificar conhecimentos dos professores de educação física sobre educação inclusiva e educação especial e/ou educação física adaptada.
- Propiciar oportunidade para fortalecer a comunidade escolar, por meio da participação em um ambiente de igualdade e respeito;

1.3 Hipótese

As crianças Portadoras de Necessidades Especiais não são incluídas nas aulas de Educação Física.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação Inclusiva e a Formação Docente

Um dos documentos importantes publicados para a educação especial foi a Declaração da Salamanca de 1994 que reconhece que ainda existem muitas seleções para a inserção dos alunos no ensino regular, surgindo à necessidade de uma “escola para todos” visando ultrapassar preconceitos e garantir o ingresso dos alunos portadores de necessidades especiais no sistema regular de ensino. (MAGALHÃES, 2011. p.07).

Muitos são os desafios encontrados para a prática de uma Educação Física inclusiva nas escolas de ensino regular. Diante de tantos empecilhos, pode-se citar a falta de preparo dos professores como um dos problemas a ser discutido diante de tal tema. Faz-se necessário, portanto, discutir alguns desses desafios para que então se possa refletir com propriedade o tema exposto neste projeto.

Um dos empecilhos enfrentados pelos docentes tem sido lidar com o aluno diferente, o que exigiu a construção de novas estratégias, respostas e saberes. Segundo Leucas, (2012) a Educação Física conduz à discussão do currículo escolar e do próprio P.P.P. (Projeto Político Pedagógico) da escola, onde o mesmo deve estar mais próximo possível da realidade escolar, na intenção de preparar os profissionais de educação física em identificar as diferenças em seus alunos. As diferenças vêm, junto com as dificuldades, porém nada pode ser um obstáculo diante da importância da inclusão destas pessoas com a prática de atividades físicas.

Goffredo (1999), também traz seu parecer descrevendo que é comum professor receber alunos com deficiência e se sentir incapaz, sem apoio, recursos ou qualificação para executar um bom trabalho. Desta forma, é evidente que existem muitos obstáculos impedindo que os direitos dos portadores de necessidades especiais sejam inseridos nas salas de aula do sistema regular de ensino. Goffredo reforça que precisa dar prioridade ao aperfeiçoamento dos professores para que possam identificar e acolher as

necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos portadores ou não de deficiência. (GOFFREDO 1999).

Reforçando e completando essa ideia, Fonseca (1995, p. 227) diz que:

”os centros de formação devem inovar o ensino, e não suas estruturas organizacionais. Essa inovação da educação deve ser empregada em todas as salas de aula, na fundamentação científica, pedagogia dos currículos de formação dos professores do ensino regular e especial”. (FONSECA, 1995.p.227).⁴

Nesta mesma linha de raciocínio está Carvalho (1999) ao descrever que a educação inclusiva não obstrui na observância da lei, que a reconhece e garante, mas requer uma mudança de postura de percepção e de concepção dos sistemas educacionais. As modificações necessárias devem abranger atitudes, perspectivas, organização e ações de operacionalização do trabalho educacional.

De acordo com Aguiar (2004), a partir da Constituição da República Federativa de 1988 aumentou o número de estudos sobre a participação de deficientes em aulas no Brasil. Permanecendo evidente que na educação esse tema foi mais abordado a partir do ano de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo Duarte (2003) somente a partir da última década, os cursos de educação física colocaram, em seus programas curriculares, conteúdos relativos às pessoas portadoras de necessidades especiais, entretanto há dificuldades em adquirir materiais didáticos que facilitem as formas de trabalhar com esse público.

Como início do projeto de inclusão, a Educação Física deve ter o aluno como elemento fundamental. Deve-se ainda ampliar as competências a todos os discentes, dando condições para que tenha livre acesso as teorias que propõem estratégias adequadas, evitando a exclusão.

⁴ FONSECA, Vitor da, **Educação especial: programa de estimulação precoce** – Uma introdução às ideias de Feuerstein, Editora Artes Médicas. ed.2, Porto Alegre: 1995.

Com base nos princípios teóricos educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o Ensino Fundamental expressa, em seus objetivos gerais, a expectativa que os alunos sejam capazes de participarem de atividades físicas, interagindo de forma pacífica com os outros alunos, respeitando peculiares físicas e de atuação de si mesmos e dos outros, sem discriminação pessoal, física, sexual ou social. Tomar parte de diferentes atividades corporais, de maneira cooperativa e solidária, sem discriminar os colegas por motivos sociais, físicos, gênero ou culturais.

Os alunos devem participar de atividades físicas, reconhecendo e respeitando suas características físicas e motoras, bem como as de seus colegas, sem discriminação. Conhecer, valorizar desfrutar das diferentes manifestações culturais corpórea, adotando uma atitude sem preconceitos ou discriminação por razões sociais, sexuais ou culturais (BRASIL, 1997).

De acordo com Glat (2007) a educação inclusiva, como está configurada hoje, é obra de um processo de transformação das concepções teóricas e das práticas da Educação Especial, as quais vêm, historicamente, acompanhando os movimentos sociais e políticos em prol dos direitos das pessoas com deficiências.

Sobre este aspecto Soler (2009) salienta que a falta de profissionais qualificados para lidar com as diferenças é uma das razões de muitos alunos serem excluídos das aulas. E o professor não é o único culpado, pois também é vítima de uma formação deficitária.

Glat (2007) aponta para o fato de que a proposta da educação inclusiva deve ser articulada numa luta pela melhoria e pela transformação da educação de um modo geral. Assim sendo, tal articulação não deve ser desconecta dos debates no campo da economia, da política, do social e do cultural, pois se trata de dimensões que exercem pressões na sociedade brasileira atual. Faz ainda uma clara relação entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva. Fornecem referências aos documentos que regulamenta a Educação inclusiva, identificando-a como uma política educacional.

Aderimos às palavras de Glat (2007) ao expor que a inclusão é a política educacional brasileira e mundial para as pessoas com necessidades especiais. Portanto, o que se deve fazer é conscientizar e capacitar os profissionais da educação para a inclusão.

Glat (2007) faz ainda uma relação clara entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva. Fornece referências aos documentos que regulamenta a Educação inclusiva, identificando-a como uma política educacional, proporcionando uma discussão sobre a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, a importância do apoio de seus familiares e como foi a implantação da Educação Inclusiva no Brasil. A reflexão apresentada no texto, é a de que o apoio da Educação Especial é indispensável para o êxito da Educação Inclusiva em nosso país. Dessa forma, o texto aborda claramente dos objetivos desta pesquisa, que é de implantar a educação Inclusiva nas escolas do meu município.

A Escola Inclusiva é uma tendência internacional deste final do século. É considerada Escola Inclusiva aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades especiais. O desafio principal desse tipo de escola é desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar a todas, sem discriminação, respeitando suas diferenças; uma escola que dê conta da diversidade das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas, quando isso se fizer necessário. É uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com o fortalecimento de uma sociedade democrática, justa e solidária (BRASIL, 1996).

Sobre este aspecto Ferreira (2010) confirma que na Constituição Federal brasileira 1998, determina o direito à educação de todos os brasileiros com NEEs-(Necessidade Educacional Especial) tornando mais atualizada à questão das políticas públicas em diferentes espaços da legislação educacional da União, Estados e Municípios.

Esclarecendo ainda mais o Estatuto da criança e do Adolescente, art.112 parágrafo 3, refere-se que os alunos portadores de necessidades

especiais receberão tratamento individual e especializado, em locais adaptados às suas condições(BRASIL,2006).

Assim sendo, o apoio dos governantes é fundamental para iniciar esse projeto de inclusão. É da parte destes que deve firmar-se o compromisso de inseri-la em nossas escolas através do auxílio técnico pedagógico especializado, estrutura adaptada e material didático adequado.

Segundo Freire (1987 apud JESUS E VIEIRA 2011, p.149) “investir na formação do docente é também investir na escola como espaço de produção de conhecimento para alunos e professores [...]”.

Existe um consenso entre os autores Jesus e Vieira (2011) que diz se quisermos transformações significativas nas escolas se tratando das diversidades, espaço-tempo para formação de professores, é preciso assumir a formação do aluno como responsabilidade de todos.

2.2. Educação Física Adaptada

Pedrinelli apud FERREIRA diz que:

“a expressão “Educação Física Adaptada” surgiu em 1950, determinada pela American Association for Health, Physical Education, Recreation and Dance (AAHPERD), segundo ele é um programa diversificado de atividades desenvolvimentistas, atividades físicas adequadas aos interesses, capacidades e limitações de estudantes PNEs que não poderiam participarem da Educação Física do programa de educação geral. Percebe que a Educação Física Geral, não atendeu as expectativas dos PNEs, sendo assim a Educação Física Adaptada veio completar essas necessidades, melhorando o atendimento dos NEEs [...]”.(Ferreira,2010,p.19).⁵

A Educação Inclusiva na Educação Física para portadores de necessidades especiais se dá por meio da Educação Física Adaptada. Fonseca tem uma afirmação interessante a este respeito:

⁵ FERREIRA, Vanja. **Educação Física Adaptada, Atividades Especiais**. Editora Sprint. ed.1, 2010.

“educação e reabilitação são tudo o que permite ao indivíduo aprender a reaprender novas aquisições, novas competências e novas atitudes. Tudo o que possa ajudar a crescer, desenvolver e readaptar”. (FONSECA, 1995. p.67).⁶

Ferreira destaca que a Lei no. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe as pessoas com PNEs, reafirmou a obrigatoriedade da oferta da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;

A “[...] matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas com NEEs, capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”; e definiu como crime o ato de “[...] recusar suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados das necessidades educacionais que porta”.⁷(FERREIRA,2010.p.21).

Carvalho (1999) acrescenta que é essencial que a escola aprimore sua ação pedagógica juntamente com a Educação Especial, visto que quem educa, educa todos. Confirmando a experiência de escolas que estão trabalhando com alunos portadores de necessidades especiais.

Ferreira (2010) considera que os novos rumos da Educação Especial é promover atividades adaptadas que atendam a todos, sem restrição. Na sua concepção é imprescindível à prática de atividade física, pois é uma das formas desses alunos criarem uma nova opinião do seu corpo, passando assim a desenvolver todo o seu potencial, conhecendo seus limites e se aceitando. Consequentemente facilitando todo o processo de ensino aprendizagem.

Ferreira (2010) destaca também que a Educação Física Adaptada possui três funções:

⁶ FONSECA, Vitor da, **Educação especial: programa de estimulação precoce** – Uma introdução às ideias de Feuerstein, Editora Artes Médicas. ed.2, Porto Alegre: 1995.

⁷ FERREIRA, Vanja. **Educação Física Adaptada, Atividades Especiais**. Editora Sprint. ed.1, 2010.

“a básica, que auxilia na ampliação e conservação da composição do organismo, intensificando as funções orgânicas e estimulando os órgãos sensoriais. A sinestésica, que envolve os aspectos psicomotores na formação técnica, informando como usar o corpo de forma segura e eficiente. E a integradora, que promove a interação social com essas crianças”. (Ferreira, 2010, p.27).⁸

Carvalho (1999) também traz seu parecer descrevendo que a integração é um procedimento eficaz de participação de pessoas com as mesmas afinidades, o que motiva a sua interação com os diversos grupos sociais. Sendo que na escola é realizada gradualmente, de formas diversas e ajustadas conforme as necessidades e habilidades dos alunos.

Goffredo (1992 apud GLAT, 2006) traz mais detalhes mostrando que a maioria dos professores rejeitam a integração, que a lei prescreve por não possuírem condições para agir com segurança nas suas práticas pedagógicas.

E, não só confirmando isto como também enfatizando, Fonseca coloca que:

“Educação Física por meio de suas especificidades estará contribuindo de forma significativa no processo de inclusão escolar quando, por intermédio de suas práticas coletivas, valoriza as diferenças e respeita a diversidade, observando sempre as capacidades e habilidades individuais e praticando uma intervenção consciente e responsável”. (FONSECA, 2006. p. 72).⁹

Ferreira (2010) afirma que uma atividade física bem planejada se torna um extraordinário instrumento de inclusão, contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno. O professor deve permitir a participação dos PNEs na educação física promovendo momentos de confraternização desportiva entre eles, para que aumente a autoconfiança e perceba que também fazem parte do grupo, sendo estes estimados e reconhecidos pelo

⁸ FERREIRA, Vanja. **Educação Física Adaptada, Atividades Especiais**. Editora Sprint. ed.1, 2010.

⁹ FONSECA, Vitor da, **Educação especial: programa de estimulação precoce** – Uma introdução às ideias de Feuerstein, Editora Artes Médicas. ed.2, Porto Alegre: 1995.

professor, colegas e por si próprio. Seguindo as mesmas regras e aceitando suas limitações, esforçando sempre em tentar vencer as dificuldades. (FERREIRA. 2010.p.17).

Ainda de acordo com Ferreira (2010, p.71)

[...] incluir a Educação Física não é só adaptar essa disciplina para que possa atender os PNEs, é concisa a perspectiva educacional com objetivos, conteúdos e procedimentos que possam valorizar a diversidade construindo uma sociedade comprometida com a inclusão.¹⁰

2.2.2 Rumo a uma política para a educação inclusiva.

A educação física percorre para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva. O progresso dessa ação de construção é visível constantemente, na mídia, nas nossas escolas, na comunidade e nos programas e serviços públicos. Ensinar crianças e jovens portadores de necessidades especiais ainda traz momentos importantes de discussões e decisões. A inclusão educacional é vista como uma política que garanta o crescimento individual dos portadores de necessidades especiais.

Mazzotta (2011) traz algumas considerações importantes sobre a Constituição Federal de 1988, quando diz que ela introduz princípios criadores de uma vida melhor para os brasileiros e um desses princípios é o da cidadania que garante respeito a toda criança e adolescente portadores de deficiências ou não. Os institutos que representam a sociedade civil têm o dever de instituírem políticas públicas municipais por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e lutarem para que sejam acatadas.

Depois que foi aprovada a lei 10.172 de 2001, o Plano Nacional de Educação (PNE), foi estabelecido objetivo e metas para políticas educacionais brasileiras até os próximos dez anos sejam alcançadas, surgindo à

¹⁰ FERREIRA, Vanja. **Educação Física Adaptada, Atividades Especiais**. Editora Sprint. ed.1, 2010. p.02-80.

necessidade de desenvolver propostas para enriquecer o sistema educacional brasileiro.

Numa visão de Goffredo (1999) diz que o Brasil faz parte do movimento pela sociedade inclusiva, e que temos aproximadamente 15 milhões de pessoas portadoras de necessidades especiais segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), onde a maioria está possivelmente, esperando uma oportunidade de participar da vida em sociedades.

Mazzotta (2011) analisando o Plano de Ação da Comissão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), instituída em 1980 no Ministério da Educação e Cultura, encontrou em um dos seus princípios norteadores as seguintes ações:

“Liderar convocação nacional para tomada de consciência quanto à importância da educação especial [...] Buscar a garantia de maior volume de recursos para o financiamento da Educação Especial, da ordem de 10% dos recursos globais atribuídos à educação, nos níveis federal, estadual e municipal. Lutar pela integração efetiva do ensino especial do quadro do sistema geral de educação [...] Expandir ao máximo possível a oferta de educação especial [...] Assegurar a prevenção de deficiências, em todos os seus aspectos [...] Lutar pela possibilidade de acesso da pessoa portadora de deficiência aos diferentes espaços da comunidade [...] Apoiar o ensino regular [...] Promover a valorização dos recursos humanos que atuam em educação especial [...] Desenvolver programas voltados para o preparo profissional das pessoas portadoras de características especiais e sua integração na força do trabalho [...]”. (MAZZOTTA, 2011.p.112).¹¹

Mazzotta ressalta que:

“a Constituição Federal de 1988, no capítulo VII, o artigo 227 define que é dever da família, sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com prioridade. O Estado solicitará programas de assistência à saúde com atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial e mental, bem como sua integração para o trabalho, facilitar os

¹¹ 11 e 12 MAZZOTTA, Marcos J.S.Educação Especial no Brasil: **história e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez,2011.p.112 e 148, respectivamente.

bens e serviços coletivos, eliminando preconceitos e promovendo a acessibilidade”. (MAZZOTTA, 2011.p.148).¹²

De acordo com o PCNs (1998) “O MEC (Ministério da Educação e Cultura) desenvolve por intermédio de sua Secretaria de Educação Especial (SEESP) uma política visando à integração das crianças portadoras de necessidades especiais ao sistema de ensino, propondo a inclusão destas crianças nas instituições de educação infantil”.

Podemos considerar que a inclusão não se encontra apenas na presença física do aluno às aulas de educação física, também é necessário que seja considerada como a sua participação efetiva na influência mútua com os demais, com direito a intervenções do professor. Tais interferências estabelecem a garantia das relações sociais.

Leucas, (2012) assegura que as diferenças estão surgindo em nosso dia a dia e o papel dos professores de educação física é compreender todas estas pessoas de forma adequada e responsável nas aulas de educação física. A necessidade de desenvolver e aprender sobre o movimento do corpo humano é direito de todos.

Soler afirma que:

“Podemos entender que primeiro devemos conhecê-los a fundo para depois formar um conceito, uma ideia e opinião sobre os PNE's. Precisamos conviver com pessoas diferentes para tentar, de alguma forma, entendê-las, e reconhecer que a diversidade é real.” (Soler, 2009.p.63.)¹³

Duarte (2003) afirma que, somente a partir da última década, os cursos de Educação Física colocaram em seus programas curriculares conteúdos relativos às pessoas com necessidades especiais. Ressalta ainda que o material didático que aborda a maneira de se trabalhar com essa população, escrito em nossa língua, é escasso.

Em seu trabalho Mazzotta descreve que:

¹³ SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: **em busca de uma escola plural**. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

“poucos são os municípios brasileiros que contam com recursos educacionais adequados para o atendimento dos alunos portadores de deficiência. Para a firmação de uma melhor qualidade de ensino esses alunos precisam ser inseridos nas políticas educacionais”. (MAZZOTTA, 2011.p.205).¹⁴

Baptista (2011) traz considerações mostrando que a educação municipal em Porto Alegre teve mudanças significativas a partir dos anos 90. As mudanças começaram com a valorização da qualificação do professor, ampliação do espaço para as assessorias de apoio ao professor e atendimento aos alunos.

Outro estudo de relevância foi realizado por Goffredo (1999) na secretaria municipal do Rio de Janeiro, mostrou à necessidade de uma mudança na política educacional que considerasse as necessidades dos alunos PNEs, sugerindo cursos de formação de professores de 1º e 2º grau e que os cursos de pedagogia fossem reformulados incluindo disciplinas sobre a educação especial.

Entretanto para Mazzotta (2011) a partir da Constituição Federal de 1988 e das Constituições Estaduais de 1989, é de responsabilidade do município oferecer o ensino pré-escolar e fundamental com serviços e auxílios especiais de educação. Mesmo assim, são inúmeros os municípios que têm tido dificuldades em implantar atendimento educacional aos PNEs, ofendidos pela falta de orientações científica e legalmente fundamentadas.

Participando de um Encontro de Secretários Municipais de Educação de Sorocaba em 1993, patrocinado pela Prefeitura de Sorocaba, Mazzotta apresentou alguns elementos indispensáveis a uma Política Municipal de Educação do Portador de deficiência, com o intuito de elucidar a aplicação dos fundamentos teóricos no estudo, vejamos os elementos a seguir:

[...] Desenvolver parceria e cooperação com o Estado e instituições especializadas particulares já existentes, evitando duplicidade de recursos [...] Prever serviços especiais para os portadores de deficiência que carecem na Educação Escolar,

¹⁴ MAZZOTTA, Marcos J.S.Educação Especial no Brasil: **história e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez,2011.

em Programas de Habilitação e Reabilitação [...] Abranger pré-escola e ensino fundamental, procurando garantir ensino comum e supletivo [...] Considerar as interconexões necessárias com serviços de saúde e bem-estar social, sobretudo para os PNEs [...] Cuidar da infraestrutura física da escola para uma melhor acessibilidade dos PNEs [...] Cuidar para não estabelecer relação direta entre o portador de deficiência e a educação especial, nem ignorar o portador que apresenta necessidades educacionais especiais [...] Zelar para que o atendimento educacional seja de fato, especial, com professores especializados, currículos adaptados e materiais, aparelhos e equipamentos específicos [...] Garantir a freqüência aos cursos regulares das escolas comuns [...] Incluir os PNEs no processo de integração na escola comum, definindo atendimentos diretos e indiretos assumidos pelo Município [...]. (MAZZOTTA, 2011.p.208).¹⁵

Ficou vastamente confirmada a contradição entre os princípios definidos legalmente e as propostas consolidadas nos planos oficiais. Tal incoerência comprova a ausência de uma Política Nacional de Educação Especial.

Em seu trabalho Mazzotta (2011) descreve que no governo federal, estadual e municipal, as dificuldades dos legisladores e educadores são constantes quanto à definição clara e precisa do atendimento educacional dos portadores de deficiência.

Mazzotta (2011) ainda ressalta que:

“é preciso uma mudança da postura administrativa do Ministério da Educação, em diminuir a centralização ampliando a participação do Conselho Federal de Educação, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e das Instituições Particulares e dos Portadores de deficiência nas decisões políticas sobre a educação especial, com uma visão dinâmica para conduzir de forma apropriada a Política Nacional de Educação Especial”. (MAZZOTTA, 2011.p.224).¹⁶

Permanece evidente e registrada a falta de coerência e ausência de uma Política Nacional de Educação Especial em todo país. Este estudo pretende

¹⁵ MAZZOTTA, Marcos J.S.Educação Especial no Brasil: **história e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez,2011.

¹⁶ MAZZOTTA, Marcos J.S.Educação Especial no Brasil: **história e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez,2011.

superar os preconceitos e assegurar os direitos ao ingresso, permanência dos alunos portadores de necessidade especiais nos sistemas escolares públicos como prescreve a lei. Reforçando a educação municipal representada por parte dos profissionais envolvidos no processo da educação inclusiva. Mesmo com diversas legislações, normas e planos nacionais de educação pertinentes que tange e promove a Educação inclusiva, é preciso analisar de forma rigorosa a política de educação especial em todos os níveis, federal, Estadual e Municipal. Porém continuam sendo desenvolvida práticas excludentes e que não avaliza uma aprendizagem significativa para todos. É necessário reforçar a ideia de que do acesso aos serviços especiais de educação aos PNEs e a formação continuada de profissionais da educação têm o intuito de melhorar a qualidade de ensino e reduzir as desigualdades.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é estruturado na base do método qualitativo de forma descritiva que segundo Gil (1999) pesquisa descritiva tem o objetivo de estudar as características de um determinado grupo, levantar opiniões, atitudes e crenças.

Caracterizado como estudo de caso que segundo Yin (1981) apud GIL (1999, p.73) “é um estudo baseado na experiência, que investiga um fato atual dentro de um contexto de realidade, quando os termos entre esses fatos e o contexto não são claramente definidas e no qual são usadas várias fontes de evidências [...]”.

Foram realizados questionários mistos apresentando questões abertas e fechadas onde permite ao participante uma maior liberdade de resposta, e facilita o tratamento e análise da informação, exigindo menos tempo do pesquisador. No entanto a interpretação e o resumo deste tipo de questionário investiga o perfil do professor em estudo, sua prática docente, os recursos usados por estes para a inclusão dos PNEs, tempo de atuação na Educação Física, seus conhecimentos sobre educação física adaptada, entendimento

sobre inclusão, bem como seus conhecimentos acerca da sua prática pedagógica.

A população pesquisada é composta por 14 (quatorze) professores que ministram aulas de Educação Física, com idades entre 26 e 45 anos, de ambos os sexos, distribuídos nas Escolas Municipais. Todos os professores que estão ministrando as aulas são graduados, destaca-se que apenas 01 (um) é graduado em Educação Física.

Esta pesquisa abordou tópicos importantes contidos na literatura referente ao tema, baseado pela reflexão proveniente do referencial bibliográfico apresentado nos capítulos anteriores que foi o elemento dinamizador e articulador do discurso construído na temática. Acreditamos, então, que a pesquisa realizada teve um caráter de aproximação entre o referencial teórico estudado e a realidade investigada.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Local da Pesquisa

As 9 (nove) Escolas Municipais de Água Fria de Goiás apresentam 41 professores, destes 18 (dezoito) atuam na zona rural e 23 (vinte e três) na zona urbana. Os sujeitos da pesquisa são 14 (quatorze) professores que ministram aulas de Educação Física.

Primeiramente solicitamos a autorização da direção das unidades escolares na Secretaria Municipal de Educação, através do Termo de Concordância explicando os objetivos da pesquisa e a ética que abrange esse tipo de estudo.

4.2. Procedimento de Coleta de Dados:

Após a elaboração o questionário foi reproduzido e enviado aos professores participantes em suas escolas via coordenação de turno. Acompanhado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, para que assinassem onde garantimos que seu nome e as informações dadas

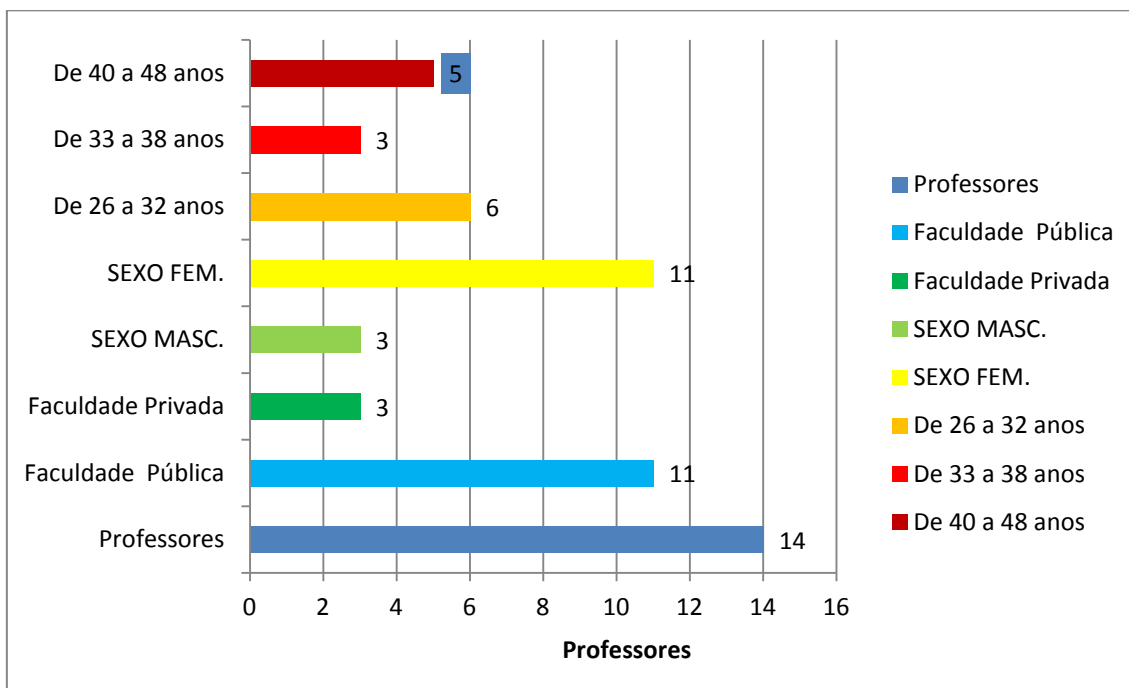
seriam mantidos em sigilo absoluto. E, no prazo de dois dias foram devidamente respondido e entregue.

Expusemos o objetivo desta pesquisa explicando todos os procedimentos que seriam submetidos, informando que sua participação era voluntária sem remuneração. E que provavelmente os resultados da pesquisa seriam divulgados na Faculdade de Educação Física- Universidade de Brasília. Sendo este projeto aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

Apresentaremos a seguir os dados obtidos no questionário sendo este organizado em gráficos e posicionados em grupo de professores. Os resultados foram analisados e confrontados diante da revisão bibliográfica buscando aderir às respostas dos professores com as teorias dos autores selecionados para esse estudo.

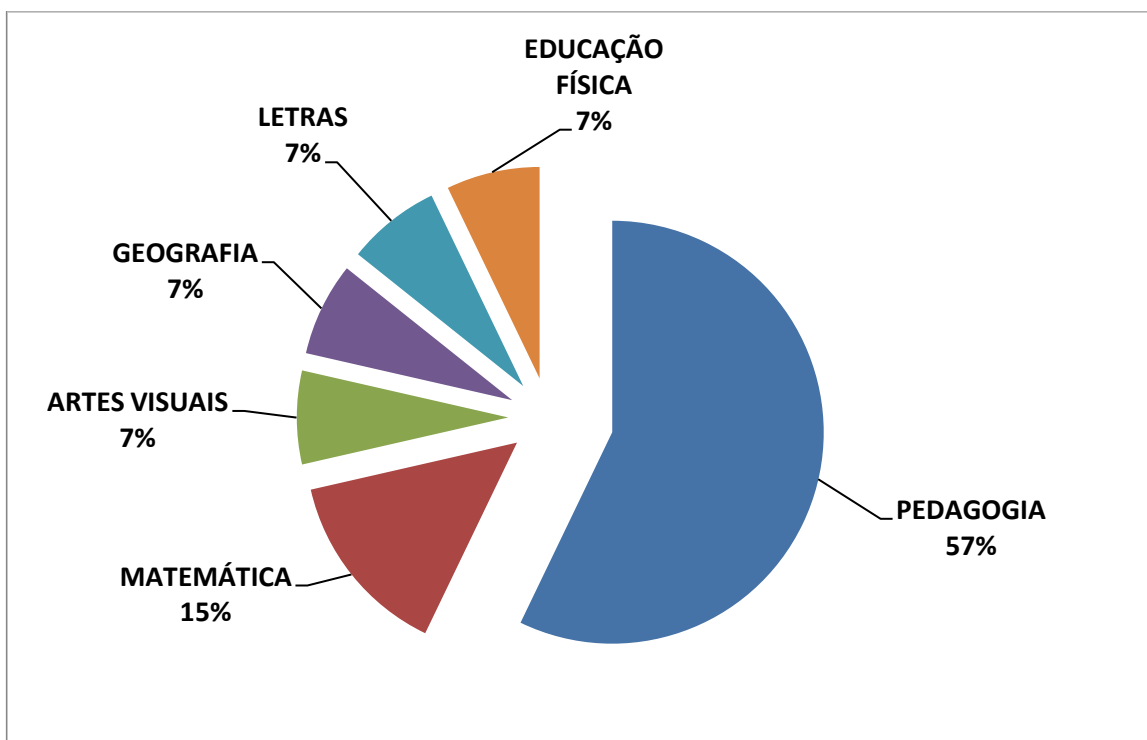
4.3. Análise e Discussão

GRÁFICO 01 – formação do perfil dos entrevistados através de gênero, instrução e quantitativo.



No gráfico 01 revela que dos 14 professores entrevistados, 11 são graduados em instituições públicas. Observa-se que há uma diferença significativa entre os professores licenciados em universidades públicas, dos que tiveram sua formação em Instituições particulares. Esse resultado é devido a UEG (Universidade Estadual de Goiás), que em 1999 instituiu o Programa Universidade para todos os trabalhadores da Educação, onde a maioria dos professores se graduou em pedagogia.

GRÁFICO 02 - Formação Acadêmica dos professores de Educação Física.



Estes dados do gráfico 02 mostram que, dentre os 14 professores que ministram aulas de educação física no município de Água Fria de Goiás, 57% são formados em pedagogia, apenas 7% são formados na área e os demais em outras áreas específicas.

Atendendo a resolução da LDBEN, nº 9394/96, Art.87, onde se aborda a necessidade de capacitação dos docentes da educação básica até o ano de 2006, a UEG (Universidade Estadual de Goiás), juntamente com Governo do

Estado de Goiás fez uma parceria com os Estados, Municípios e o governo Federal estabelecendo o Programa Universidade para todos os trabalhadores da Educação que possuíam o Ensino Médio e desejava profissionalizar-se em curto prazo (dois anos e meio), Licenciatura Plena Parcelada Cursos Sequenciais constituem uma modalidade de ensino superior num seguimento específico do campo do saber.

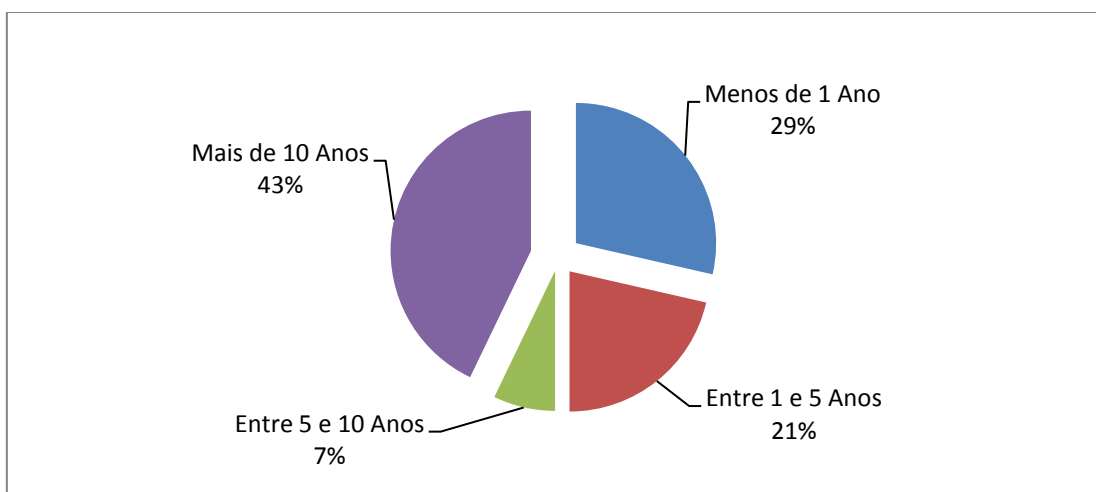
Nota-se que a intenção do projeto era muito adequada propiciava melhores condições para o exercício profissional. Mais inicialmente os professores não tiveram opções de escolha, pois a UEG mais próxima do município era Formosa onde o curso oferecido aos professores era somente pedagogia prejudicando futuramente a qualificação dos profissionais em outras áreas.

Segundo Goffredo (1999) é evidente que o professor necessita de uma formação teórica que permita trabalhar de maneira eficiente. Quando o professor receber esses conhecimentos, poderão colocá-los em prática e conseqüentemente fortalecerá sua ação pedagógica em favor de todos os alunos.

E, não só confirmando isto como também enfatizando, Segundo Freire (1987 apud JESUS E VIEIRA 2011, p.149) coloca que investir na formação do docente é também investir na escola como espaço de produção de conhecimento para alunos e professores.

De acordo com Soler (2009) o professor de educação física precisa ter a formação técnica na área, para conhecer e agir de maneira eficiente em seu cotidiano escolar, fazendo com que as diferenças sejam respeitadas e assumindo a sociedade inclusiva como sua.

GRÁFICO 03 – Tempo de atuação na área de educação física escolar



Quanto ao tempo de atuação como professores na Educação Física 43% dos professores atuam a mais de 10 anos, e 29% por menos de 1 ano, 21% atuam entre 1 e 5 anos, 7% entre 5 e 10 anos. Comparando o tempo de atuação entre os professores, foi encontrada diferença pequena de tempo de atuação dos professores com mais de dez anos com os menos de 1 ano, isso demonstra o conhecimento de quem tem alguns anos de experiência com a Educação Física e quem ainda está no início da profissão.

No entanto nenhum tem ou fez algum curso de capacitação ou aprimoramento continuada na área de Educação Física e muito menos na Educação Especial. Reforçando o que alguns autores citaram sobre o quanto é significativo os cursos de capacitação contínua para todos os profissionais, pois poucas instituições abordavam em seu currículo a disciplina de portadores de necessidades especiais.

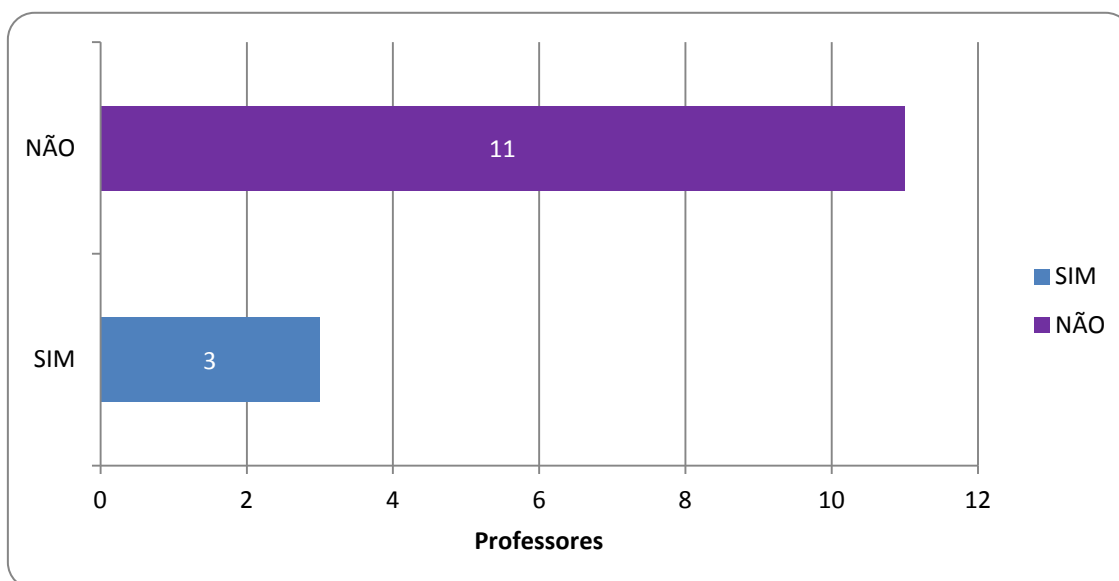
De acordo com Soler (2009)

“o professor de educação física ou de qualquer outra disciplina na inclusão deve criar situações que desafie os alunos com o novo e o desconhecido, para que possam identificar a informação utilizando suas capacidades físicas e mentais”. (2009, p.107).¹⁷

¹⁷ SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: **em busca de uma escola plural**. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

Glat (2006) espera que através de uma autoreflexão diante dos nossos atos e respeito sobre a importância das deficiências, poderá sobrevir uma mudança na nossa atuação profissional, que realmente possamos dar assistência para essas pessoas desenvolverem seus conhecimentos e tomar seu lugar na sociedade.

GRÁFICO 04 – Frequência dos conhecimentos sobre educação especial e/ou educação física adaptada dos professores.



Os dados apresentados no gráfico 3 revelam que 11 dos professores pesquisados não possuem conhecimentos sobre educação especial ou educação física adaptada. Ficando explícita a falta de preparação/capacitação de profissionais devidamente instrumentalizados, a fim de realizar as mediações necessárias para a aprendizagem e desenvolvimento de alunos portadores de necessidades especiais.

De acordo com Soler (2009):

“A Inclusão é uma chance que a escola tem para se é a grande oportunidade para a Escola se mudar e se atualizar e também para os professores se aperfeiçoarem investindo em formação, tornando-os aptos para lidar com a desigualdade, tendo em vista uma nova escola e sociedade”. (Soler, 2009.p.79).¹⁸

¹⁸ SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: **em busca de uma escola plural**. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

Porém, como diz Ferreira (2010) a intenção da atividade física adaptada é tornar mínima a diferença no atendimento dos alunos PNEs dos demais, usando técnicas e adaptações que possam oferecer oportunidades de superação. Segundo os resultados do gráfico os professores possuem conhecimento muito aparente, por sua maioria ter obtido essas informações através do curso de graduação, sendo que 57% dos professores são pedagogos.

Soler (2009) afirma que mais de 10% da população brasileira apresentam necessidades especiais mental, auditiva, visual, física e deficiência múltipla. Dessa forma, a necessidade do professor de educação física possuir conhecimentos sobre educação especial ou educação física adaptada é essencial no desenvolvimento dos alunos PNEs.

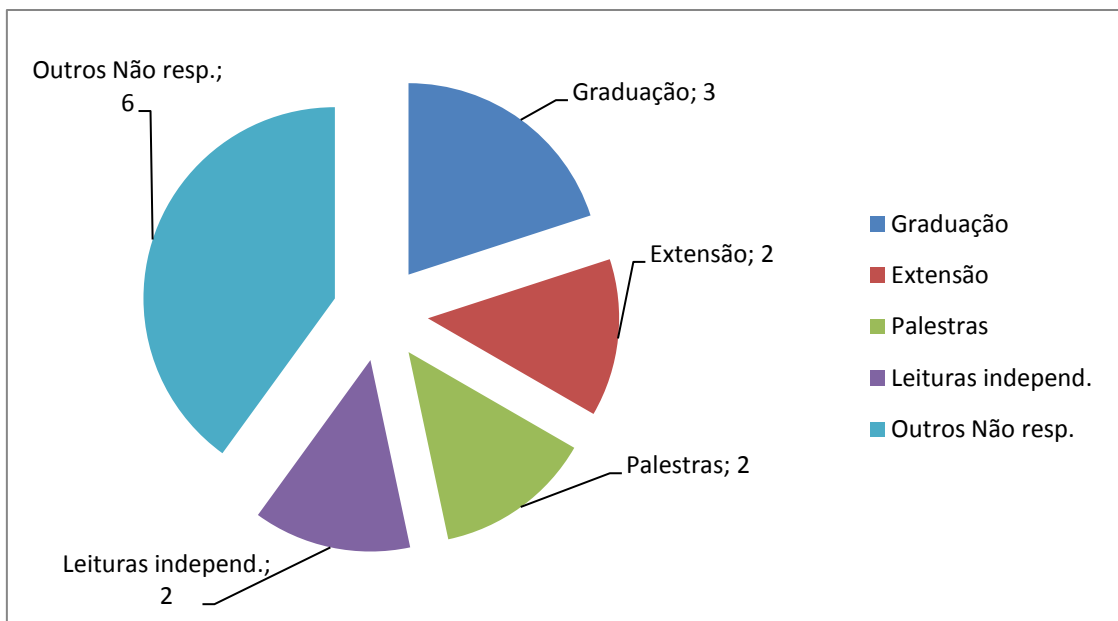
Segundo Freire (1993, apud JESUS E VIEIRA, 2011) é necessário que:

“haja um diálogo entre a pedagogia e outros conhecimentos para podermos incluir melhor o ser humano analisando e discutindo a função social da escola no trabalho educacional de nossos alunos”. (JESUS e VIEIRA, 2011, p.139).¹⁹

Afirmção interessante é a de Soler (2009) quando diz que incluir é uma necessidade, e para essa inclusão ser realmente alcançada, devemos ter consciência do devido preparo das pessoas principalmente dos professores que acolhe esses alunos PNEs que sempre foram deixados de lado.

GRÁFICO 05 – Professores possuem conhecimentos sobre educação especial ou educação física adaptada, onde obteve esses conhecimentos.

¹⁹ MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva de et.al. Educação inclusiva e escolarização: **política e formação docente**. Editora Liber Livro. ed.1, Brasília, 2011.



Os dados mostram que entre os professores 40% não responderam se possui conhecimentos sobre educação especial ou adaptada, conforme revelam esses resultados, a minoria dos participantes informou possuir pouco conhecimento sobre a educação especial e/ou educação física adaptada, ou seja, apenas os adquiridos em palestras, na graduação, entre outros.

De acordo com Jesus e Vieira (2011) é de suma importância que haja investimentos na formação continuada dos professores, visando uma possibilidade dos professores sobressaírem das situações vividas nas salas de aula e construir novas possibilidades de atuação.

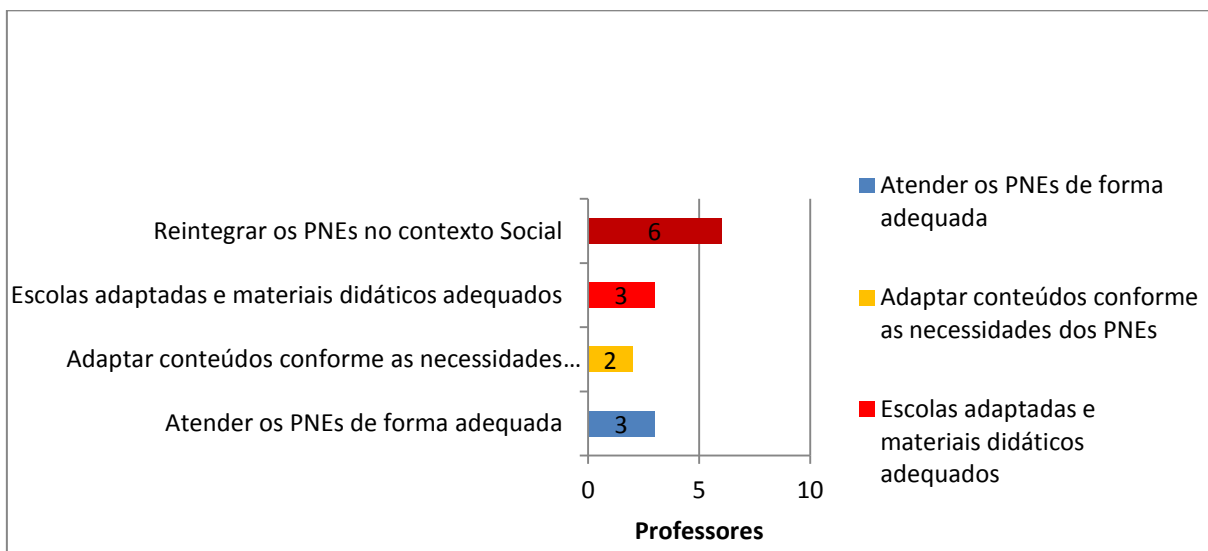
Complementando este pensamento Soler (2009) entende que o educador precisa ser bem preparado para assumir seu papel na inclusão, é imprescindível uma extensa capacitação desses profissionais.

Ferreira (2010) complementa afirmando que a falta o despreparo do professor, em função de não ter estudado o assunto na graduação, à falta de estrutura das escolas é um grande problema para a inclusão.

Na opinião de Soler (2009) se o professor de educação física tiver um programa de educação física para apoiá-lo com o intuito de transformar um mundo excludente em um mundo para todos, com certeza teremos um futuro

promissor onde pais, professores, alunos, enfim todos poderão ser influenciados de uma tradição positiva, onde as pessoas felizes não serão exterminadas.

GRÁFICO 06 - Frequência do que os professores entende por inclusão de PNEs no ensino regular.



O gráfico demonstra o que o professor de educação física entende por inclusão dos PNES no ensino regular. 6 professores responderam que reintegrar esses alunos no contexto social, para 3 professores é necessário que as escolas estejam adaptadas e tenha materiais didáticos adequados, quanto 3 disseram que é o atendimento de forma adequada ao PNES e 2 professores responderam que a adaptação dos conteúdos conforme a necessidade dos PNEs.

De acordo com Ferreira (2010) o professor deverá criar situações da vida cotidiana com esses alunos, para que possam adaptar a convivência coletiva. Preparando-os para enfrentar os problemas que irão surgir futuramente.

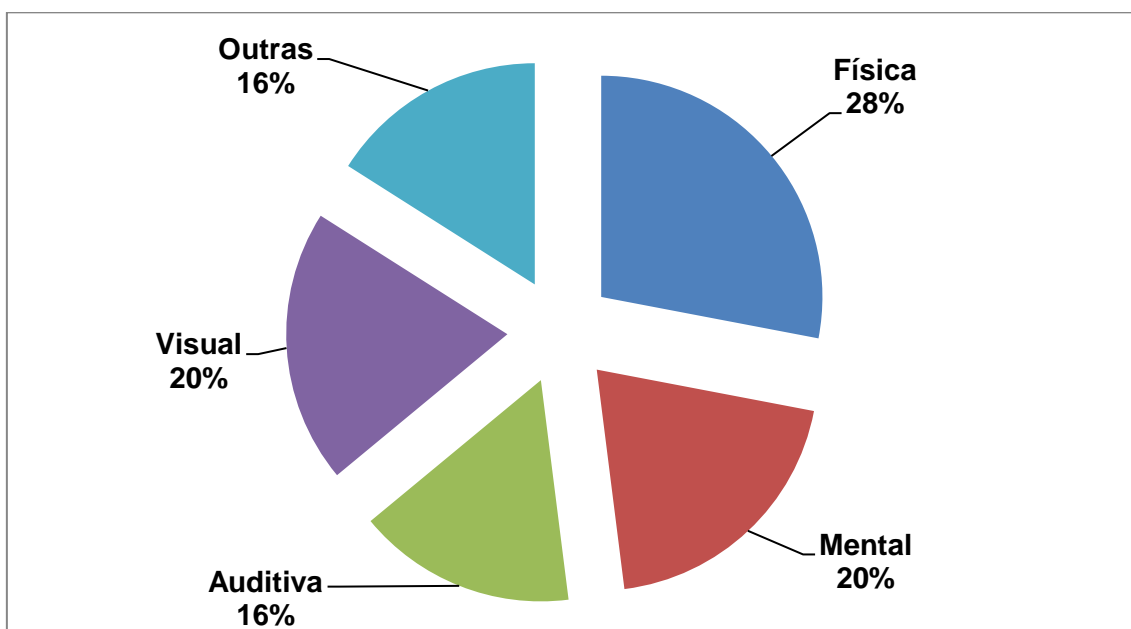
Magalhães (2011) diz que na inclusão a escola que deve propiciar condições adequadas e adaptar o currículo as particularidades de todos os

alunos inclusive os alunos PNEs e oferecer condições adequadas para atender a todos.

Soler (2009, p.20) relata que:

“A integração dos PNEs é confundido muitas vezes com a inclusão, e com restrições dos professores, que em sua maioria não sentem preparados para desenvolver um trabalho com esses alunos”. (Soler, 2009.p.20).²⁰

GRÁFICO 07 – Tipos de deficiência do aluno.



O gráfico aponta que em todas as turmas dos professores de educação física participantes desta pesquisa, existem alunos que apresentam necessidades especiais física, mental, visual, auditiva entre outras. Acreditam que o professor no contexto inclusivo precisa de preparo para lidar com as diferenças, com a diversidade de todos os alunos, no entanto os professores, de modo geral, não têm recebido formação e capacitação suficientes para atender às diversas formas de aprendizado dos alunos. Neste aspecto, o ensino, para as pessoas PNEs, deve contar com os instrumentos devidos, os recursos auxiliares e

²⁰ SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: **em busca de uma escola plural**. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

também um trabalho educativo, com profissionais devidamente instrumentalizados, a fim de realizar as mediações necessárias para a sua aprendizagem e desenvolvimento.

Os PCNs foram preparados para orientar as atuações dos professores com a visão de respeitar a desigualdade humana, popularizando, humanizando e transformando a prática pedagógica em Educação e também na Educação Física.

Canzianni (1994, apud Glat, 2006, p.13) expõe que:

“a Constituição Brasileira no inciso III do Art. 208 menciona ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”.²¹

Cidade e Freitas (2002, apud Ferreira, 2010) dizem que o professor precisa ter os conhecimentos fundamentais como quais necessidades especiais que seus alunos possuem, quando e como apareceu, se é temporário ou permanente entre outros dados e pesquisar muito a respeito de todos os aspectos biológicos, cognitivos, motor, e sobre a interação social e afetiva- emocional.

Goffredo (1992, apud Glat, 2006) afirma que na maioria das vezes o professor não é informado e nem preparado para receber esses alunos, sendo estes automaticamente excluídos, devido à falta de informação do professor informação para desenvolver seus métodos pedagógicos com segurança.

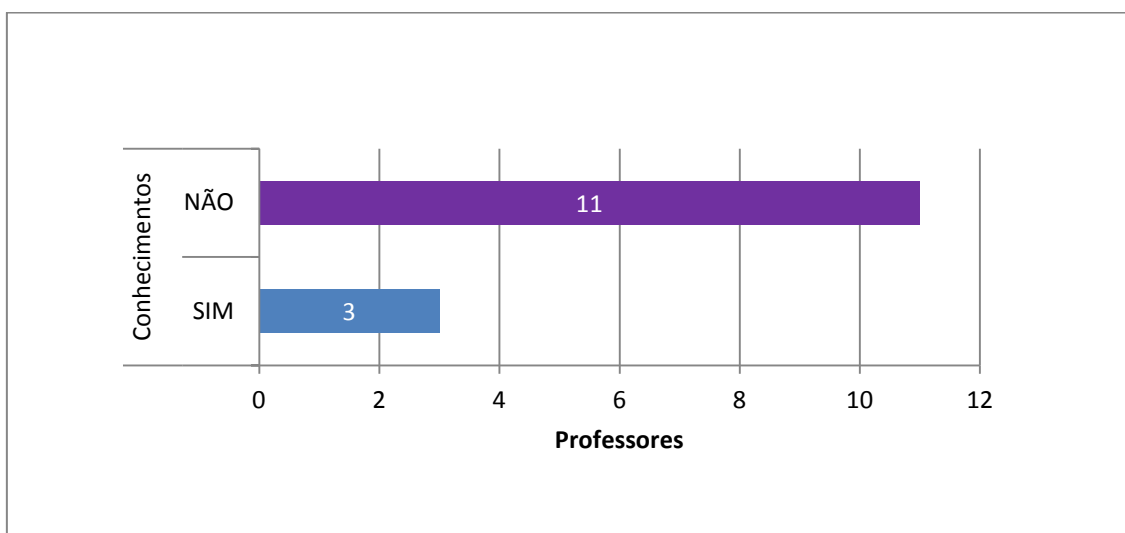
Não só confirmando isto como também enfatizando, Soler coloca que:

“o aluno especial é constituído por alunos classificados como portadores de necessidades especiais, como visual, auditiva, mental, física e múltipla ou portadores de condutas típicas e os

²¹ GLAT, Rosana. A integração social dos portadores de deficiência: **uma reflexão**..3 ed.Rio de Janeiro: 7letras,2006.

de altas habilidades, requer métodos e recursos educacionais especiais e específicos”. (Soler, 2009.p.51).²²

GRÁFICO 08 – Frequência dos professores que acreditam ter conhecimentos suficientes para incluir alunos PNEs em suas aulas.



Esses resultados indicam que 11 professores de educação física não acreditam ter conhecimentos suficientes para a inclusão dos PNEs em suas aulas, sugerindo que, para a maioria dos participantes, o que está dificultando o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física é o despreparo dos profissionais e das escolas, insuficiente para receber e atender esses alunos. Tais dados evidenciam que os professores participantes da pesquisa não estão aptos a trabalhar e lidar com a diversidade em sua sala de aula, o que os leva, certamente, a sentirem-se inseguros, preocupados e desamparados em sua profissão.

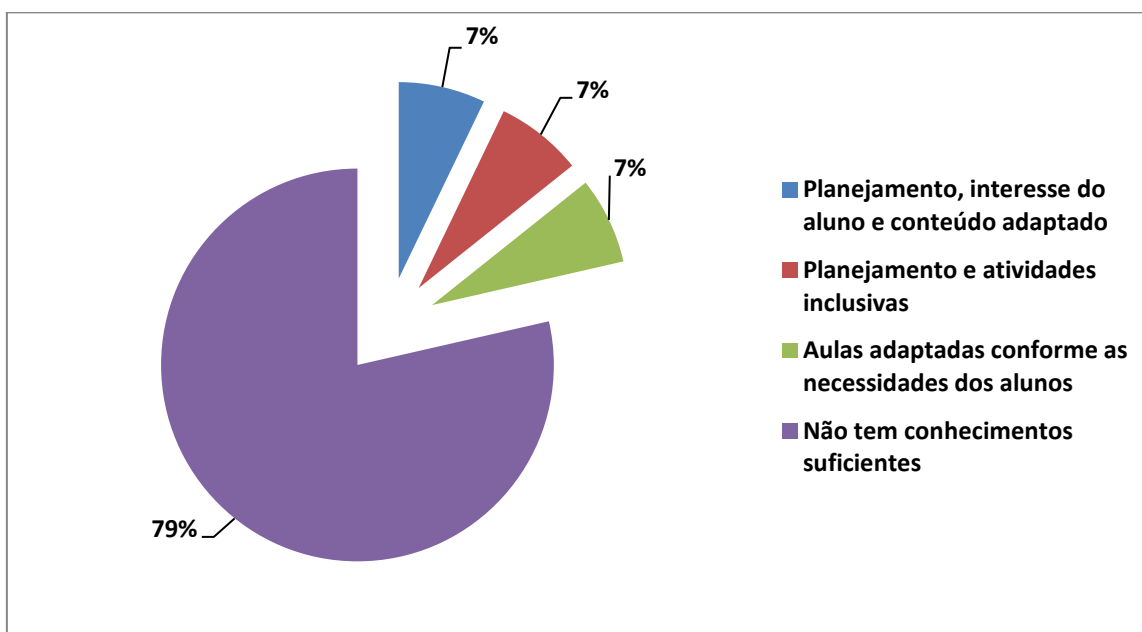
Afirmando o que os autores Jesus e Vieira (2011) se quiserem transformações significativas nas escolas se tratando das diversidades, espaço-tempo para formação de professores, é preciso assumir a formação do docente como responsabilidade de todos e constituir o ato educativo como

²² SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: **em busca de uma escola plural**. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

oportunidades de aprendizado para trabalharmos adequadamente com essas pessoas.

Conforme Soler (2009) para os PNEs a participação nas aulas de educação física é essencial para que esses desenvolvam suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração e de inclusão social, favorecendo sua autonomia e bem-estar.

GRÁFICO 09 – O que o professor prioriza em suas aulas para incluir esses alunos.



O gráfico 09 nos revela que 79% dos professores de educação física não possuem conhecimentos para a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e consequentemente não sabem como incluí-los em suas aulas, os demais professores responderam respectivamente planejamento adequado, conteúdo adaptado e atividades inclusivas. Pode-se citar que estes profissionais necessitam de, no mínimo, conhecimento específico na área de Educação Especial.

Ferreira (2010) afirma que o professor precisa ter conhecimentos mínimos sobre seus alunos para buscar meios para educar todos sem exclusão.

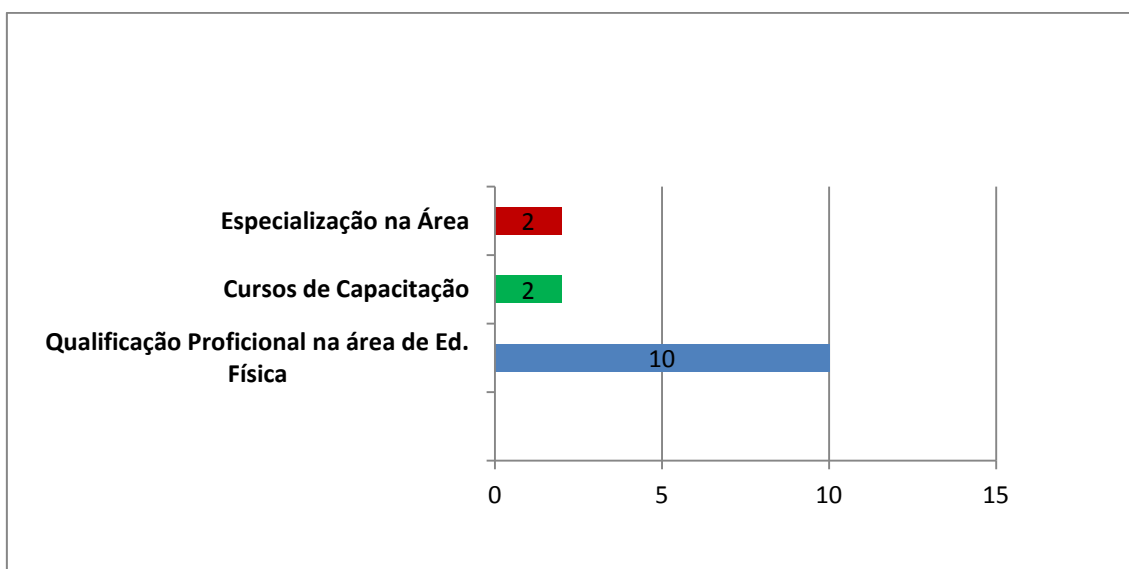
Segundo Soler (2009) a falta de profissionais qualificados para lidar com as diferenças é uma das razões das exclusões das aulas. E o professor não é o único culpado, pois também é vítima de uma formação deficitária.

Conforme Glat (2006) diz que:

“o ensino público do Brasil é falido, com professores mal remunerados e despreparados, escolas precárias e gestores ineficazes”. Não dá conta dos alunos ditos “normais”, logo um verdadeiro “fracasso escolar”. (Glat, 2007, p.13).²³

Soler (2009) propõe que O professor de Educação Física precisa fazer adaptações necessárias em suas regras, atividades, na utilização do espaço, usando recursos para instigar, o aluno portador de necessidades especiais ou não, criando oportunidades que beneficiem a formação integral desses alunos.

GRÁFICO 10 – Frequência do que o professor relata ser necessário para a inclusão do alunos PNEs em suas aulas.



²³ GLAT, Rosana. A integração social dos portadores de deficiência: **uma reflexão**..3 ed.Rio de Janeiro: 7letras,2006.

Neste gráfico mostra que, 10 professores acreditam que os requisitos necessários para incluir os PNEs em suas aulas é a qualificação profissional na área de Educação Física , o restante responderam respectivamente cursos de capacitação e especialização na área de educação física. O que por suas respostas eles demonstraram não possuir.

Ferreira (1990) aponta a necessidade do desenvolvimento de cursos direcionados a professores de Educação Física para se adequarem às necessidades existentes nas salas de aula, onde eles possam ser capazes de atender a todos de forma igualitária.

Nas palavras de Soler (2009):

“na inclusão a escola é quem muda, com a intenção de atender todos os alunos de forma justa e inclusiva. Com estruturas e materiais adequados, atividades adaptadas, profissionais bem preparados, com a participação dos familiares e da comunidade escola”. (Soler, 2009.p.20).²⁴

Santos (2011) coloca que a qualificação profissional deve ser permanente, associada a uma formação inicial e contínua, superando as divisões que existem no processo de formação, para o melhoramento do conhecimento e da pratica do professor.

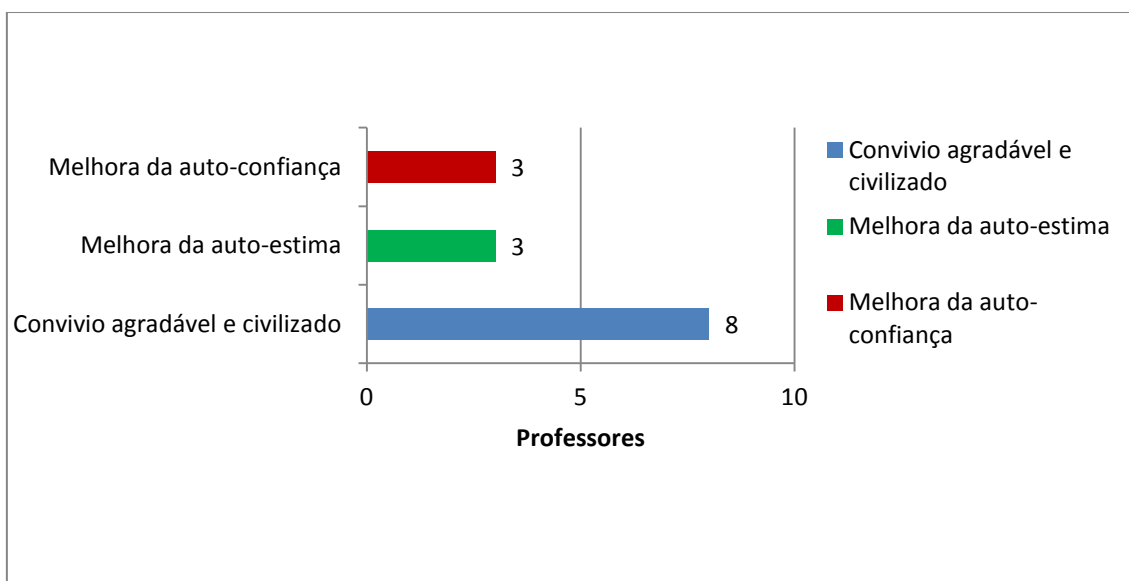
Nas palavras de Soler (2009) diz que:

“a inclusão apoia e defende a participação de todo o universo escolar: professores, alunos, direção escolar, funcionários e comunidade. O sucesso da inclusão está diretamente ligado ao trabalho desenvolvido por toda a escola”. (Soler, 2009.p.90).²⁵

GRÁFICO 11 – Frequência da participação dos PNEs na aula de educação física auxilia a inclusão desse aluno na sociedade escolar.

²⁴ SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: **em busca de uma escola plural**. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

²⁵ SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: **em busca de uma escola plural**. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.



Os dados apresentados no gráfico revelam que 08 dos professores participantes acreditam que a participação dos PNEs em suas aulas de educação física auxilia na inclusão destes na sociedade escolar por proporcioná-los um convívio agradável e civilizado nas aulas. Como pode ser observado, para alguns dos participantes esses alunos estão se beneficiando quanto à socialização.

A LDB descreve no art. 88, que a educação dos PNEs deve enquadrar-se no sistema geral de educação com a finalidade de integrá-los na comunidade. (BRASIL, p.248).

Segundo Ferreira (2010) um dos principais alvos da educação física adaptada é a integração desses alunos na sociedade.

Fonseca (1995) afirma que a educação diferenciada passa a ser uma condição fundamental do processo de integração, exige mais empenho do sistema de ensino e dos próprios professores.

Glat (2006) relata que os profissionais que trabalham com os PNEs devem ajudá-los a adquirir habilidades e comportamentos que os façam adquirir independência e sua integração na sociedade.

Soler (2009) expõe que é de suma importância que os alunos PNEs participem das aulas de educação física. Nelas eles desenvolvem capacidades perceptivas, afetivas, de relacionamento, inclusão social, ajudando a sua autonomia e independência.

6.CONCLUSÃO

A partir da comprovação de que os alunos portadores de necessidades especiais nas Escolas Públicas Municipais do Município de Água Fria de Goiás, não participam das aulas de educação física, a temática de inclusão nesses espaços tornou-se foco de interesse de investigação já que neles são desenvolvidas ações educativas. Observando que os outros alunos usufruíam dessas ações educativas, alguns questionamentos começaram a surgir sobre a oportunidade ser ampliada aqueles alunos portadores de necessidades especiais.

Propusemos como objetivo mostrar que a inclusão dos portadores de necessidades especiais nas aulas de Educação Física é algo possível, principalmente com a qualificação dos professores atuantes na Educação Física nessas escolas, tomando como ponto de partida algumas questões norteadoras dessa pesquisa, os quais direcionaram todo o caminho percorrido na busca de subsídios técnicos para a construção dos capítulos e para a opção pelo percurso metodológico adotado.

A hipótese apresentada em que as crianças Portadoras de Necessidades Especiais não são incluídas nas aulas de Educação Física é confirmada com os resultados obtidos por meio do questionário e pelo aprofundamento da revisão de literatura impresso nessa pesquisa.

Ressalta-se que o fato da inclusão não ser estabelecido na escola é simplesmente pela falta de capacitação dos professores, onde sua maioria tem uma formação em outra área e se sentem despreparados em lidar com a diversidade e as diferenças, para tanto se evidencia mais uma vez a necessidade de investimento na formação continuada de nossos docentes, pois não basta oferecer uma vaga na escola para esses alunos portadores de necessidades especiais se não existe qualificação da mão de obra no espaço educacional, se os docentes possuem uma graduação e não acham capazes de atender as necessidades desses alunos em suas aulas de educação física.

A educação inclusiva advertida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Constituição Federal é requisito mínimo para se garantir ao portador de necessidades especiais o direito de exercer sua cidadania. Sendo assim, através deste estudo foi possível verificar a necessidade das escolas e do corpo docente em estar devidamente preparados para receber todos os alunos portadores de necessidades especiais.

Hoje, este direito embora presente nas Leis para ser conquistado plenamente precisa de uma melhor adequação da escola, em seus aspectos físicos, pedagógicos e organizacionais. Se realmente almejamos transformações significativas na escola quanto à inclusão, precisamos admitir que a formação do professor é um compromisso de todos.

De acordo com que foi apresentada, ao receber um aluno portador de necessidades especiais, a escola, para de fato ser inclusiva precisa se adequar às necessidades dos alunos providenciando meios e recursos que garantam sua aprendizagem. Porém, em relação à oferta de formação específica em educação especial, infelizmente não foi oferecida aos nossos professores, confirmando assim a insegurança em atuar na área de educação física e desenvolver um trabalho eficaz com esses alunos. Sem pensar na falta de recursos físicos e meios materiais adequados às necessidades dessa clientela para cumprirem de fato seus direitos garantidos por lei.

Sugerimos que a Secretaria de Educação do Município de Água Fria de Goiás promova cursos de formação continuada para todos os professores, inclusive de educação física, na área da educação especial e que verdadeiramente se ponha em prática a inclusão escolar.

Especificamente em relação ao apoio da família na participação da educação dos filhos, não houve nenhum reconhecimento por parte dos pais. Professores e pais precisam estabelecer uma relação saudável que proporcione o acompanhamento e a avaliação da aprendizagem da criança, porque ambos são responsáveis por ela. Se o empenho da família e da

escola não for suficiente para o desenvolvimento integral do educando, este deverá ser atendido por equipes habilitadas para, a partir de suas necessidades desenvolverem suas potencialidades.

Quando se trata de inclusão, não é o aluno quem deve estar preparado para adentrar na escola, mas a escola é quem deve estar pronta a recebê-lo de forma justa e sem exclusão. Vendo por este lado percebe-se de fato um descaso dos governantes municipais, uma vez que não fazem valer os amparos legais que normatizam a permanência e condições de desenvolvimento a estes alunos.

Para promover a Educação Física Inclusiva precisamos de estratégias reflexivas, do trabalho cooperativo e lançar um novo olhar sobre nossas práticas docentes, e não apenas fazermos valer as leis. Como profissionais envolvidos com a educação Física, temos pela frente um longo caminho a percorrer, que necessita urgentemente de fazer uso de novos conhecimentos que tragam consequências e contribuições expressivas para modificar o atual contexto social em que vivem nossos alunos portadores de necessidades especiais, onde possamos desenvolver um trabalho pedagógico que possa servir a todos.

Essa é uma discussão que sugere um vasto campo de investigação e de futuros estudos. Entretanto, em face dos objetivos propostos nesta pesquisa, conseguimos trazer algumas contribuições ao propósito de promover a inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais nas aulas de educação física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSAND, Cláudia de Leucas. **Educação física e inclusão.** Revista Presença Pedagógica, Editora Dimensão-mar, abril 2012, v.18, n.104. Belo Horizonte, MG.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez.1996.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 16 jul.1990; retificado em: 27 nov. 1990.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física/Secretaria de Educação Fundamental.** - Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física /Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: ME /SEF, 1998.

BRASILIA. Secretaria de Educação à Distância. **Salto para o futuro: Educação Especial: tendências atuais, Ministério da Educação, SEED,** 1999. 96p. – (Série de estudos. Educação à Distância, ISSN. 1516 – 2076; v. 9) II série.

FERREIRA, Vanja. **Educação Física Adaptada, Atividades Especiais.** Editora Sprint. ed.1, 2010. p.02-80.

FONSECA, Vitor da **Educação especial: programa de estimulação precoce** – Uma introdução às ideias de Feuerstein, Editora Artes Médicas. ed.2, Porto Alegre: 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão..**3 ed.Rio de Janeiro: 7letras,2006.

GLAT, Rosana de et.al(sd).**Uma breve reflexão sobre o papel da educação especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino.** Rev. bras. educ. espec. [online]. 2007, vol.32.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva de et.al. **Educação inclusiva e escolarização: política e formação docente**. Editora Liber Livro. ed.1, Brasília, 2011.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6.ed. São Paulo: Cortez,2011.

PCNS- **Parâmetros curriculares nacionais**: educação física/secretaria de educação fundamental. Volume 7. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SOLER, Reinaldo. Educação Física Inclusiva: **em busca de uma escola plural**. 2ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

Bibliografia Eletrônica

BRASIL. Lei Nº3. 298-DE 20 dezembro 1999-DOU DE 21/12/1999. Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/23/1999/3298.htm> Acesso em: 04 setembro. 2012.

MONTEIRO, Jeane Alves; Silva Magna Sales. A importância da atividade física para os deficientes físicos. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 15. N.148, set. 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd148/atividade-fisica-para-os-deficientes-fisicos.htm>. Acesso em: 24 jul. 2012.

APÊNDICE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

O (a) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar do projeto: **Educação Física e Educação Física Inclusiva nas Escolas do Município de Água Fria de Goiás-GO.**

O objetivo desta pesquisa é: **Verificar se há inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de educação física no ensino regular.**

O (a) senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a)

A sua participação será através de um **questionário com 10(dez) questões fechadas e 04 (quatro) abertas, a respeito do tema inclusão dos PNES(Portadores de Necessidades Especiais) nas aulas de educação física nas escolas do ensino regular municipal**, que o(a) senhor(a) deverá responder no local de preferência na escola, com um tempo estimado de 1 hora para sua realização Informamos que o(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Faculdade de Educação Física – Universidade de Brasília – podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda do pesquisador.

Se o (a) Senhor (a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para: Dr(a). Keila Fontana, na instituição Universidade de Brasília telefone: (61) 3107-2555, no horário: 8:00 às 12:00hs e das 14:00 às 18:00hs.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do telefone: (61) 3107-1947.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável

Água Fria de Goiás- GO, ____ de _____ de _____



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO
BRASÍLIA - DF
TELEFONE (061) 3107-1947
E-mail: cepfs@unb.br
<http://fs.unb.br/cep/>

TERMO DE CONCORDÂNCIA

A diretora Rozimeire de Barros Nogueira das Escolas Municipais de Água Fria de Goiás-GO, está de acordo com a realização, nestas unidades escolares, da pesquisa A EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA PARA DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA DE GOIÁS-GO de responsabilidade do pesquisador GABRIEL F. B. FERNANDES, para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso dos(as) estudantes do curso a distância de Educação Física/UnB, após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília.

O estudo envolve realização de análise documental, observações participantes, entrevistas e questionários com professores e estudantes da Secretaria de Educação Brasília. Tem duração de 1 mês, com previsão de início para 08/2012.


d()

Nes.

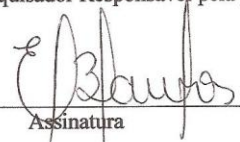
Água Fria de Goiás, 23 / agosto/ 2012.

Diretor responsável:

Assinatura/carimbo


Rozimeire de B. Nogueira
Diretora - Decreto Nº 0021/2012
Esc. Mun. Prof. Raimundo J. Paiva

Pesquisador Responsável pela pesquisa:


Assinatura

QUESTIONÁRIO

Este questionário é realizado com o consentimento da Universidade de Brasília- UNB e pela direção das escolas municipais. Sua contribuição é de suma importância para o resultado dessa pesquisa, que tem como tema: A inclusão dos PNES nas aulas de educação física nas escolas do município.

1) Faculdade de origem

☐ pública ☐ privada

2) Sexo

☐ masculino ☐ feminino

Idade: _____ anos

3) Qual sua formação acadêmica?

4) Há quanto tempo atua na área de Educação Física Escolar?

☐ menos de 1 ano

☐ entre 1 e 5 anos

☐ entre 5 e 10 anos

☐ mais de 10 anos

5) Possui conhecimentos sobre Educação Especial e/ou Educação Física Adaptada?

☐ sim ☐ não

6) Caso possua, onde obteve essas informações?

- ☐ curso de graduação
- ☐ cursos de extensão
- ☐ palestras
- ☐ curso de especialização
- ☐ mestrado
- ☐ doutorado
- ☐ leituras independentes
- ☐ outros

7) O que você entende por inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiência no ensino regular?

8) Possui algum aluno Portador de Deficiência na sua escola?

☐ sim ☐ não

9) Em caso afirmativo que tipo de deficiência?

- ☐ física
- ☐ mental
- ☐ auditiva
- ☐ visual
- ☐ outras

10) Você acredita ter conhecimentos suficientes para incluir um aluno portador de necessidades especiais em suas aulas?

☐ sim ☐ não

11) Em caso afirmativo, o que você prioriza em suas aulas para incluir esse aluno?

12) Em sua opinião, quais são os requisitos necessários para um professor de Educação Física poder incluir um aluno Portador de Deficiência em suas aulas?

13) Na sua opinião, a participação do aluno portador de deficiência em aulas de Educação Física auxilia a inclusão do aluno na comunidade escolar?

() sim () não

14) Em caso afirmativo, por quê e de que forma?

Agradeço pela valiosa colaboração.

LISTA DE ANEXOS